

**JUVENTUDES, EDUCAÇÃO E PERIFERIAS URBANAS: ESPAÇOS DE CONFLITOS E
MEDIACÃO****YOUTH, EDUCATION AND URBAN PERIPHERIES: SPACES OF CONFLICT AND
MEDIATION****JUVENTUD, EDUCACIÓN Y PERIFERIAS URBANAS: ESPACIOS DE CONFLICTO Y
MEDIACIÓN**

10.56238/revgeov16n5-301

Marcelo Pessoa da Silva

Graduado em Licenciatura em Geografia

Instituição: Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
(FFP/UERJ)

E-mail: marcelopgeo@gmail.com

Rafaela da Silva Fernandes

Graduanda em Licenciatura em Geografia

Instituição: Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
(FFP/UERJ)

E-mail: rafaelafernandesbk@gmail.com

Mário Pires Simão

Doutor em Geografia

Instituição: Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
(FFP/UERJ)

E-mail: mariosimao.uerj@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho pretende apresentar algumas das reflexões sobre o tema da violência na escola que estão sendo construídas no âmbito do plano de trabalho intitulado “Investigação da violência e mediação cultural em escolas de periferias”, desenvolvido por Grupo de Pesquisa Educação e Cultura em Periferias Urbanas, do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). As unidades escolares que são base para as pesquisas estão localizadas no Estado do Rio de Janeiro, no Município de São Gonçalo, nos bairros Porto Novo e Neves. Vale mencionar que a escolha dessas unidades escolares se justifica na medida em que são escolas onde são realizadas práticas curriculares de Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura em Geografia e bem como abrigam outros projetos como é o caso do Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Laboratório de Relações Étnico-raciais e de Gênero, desenvolvido com suporte de edital da FAPERJ.

Palavras-chave: Conflitos. Mediação Escolar. Geografia. Violência Escolar. Espaços de Mediação.



ABSTRACT

This paper aims to present some reflections on the theme of violence in schools that are being developed within the framework of the work plan entitled "Investigation of violence and cultural mediation in schools in peripheral areas," developed by the Research Group on Education and Culture in Urban Peripheries, of the Department of Geography of the Faculty of Teacher Training of the State University of Rio de Janeiro (FFP/UERJ). The school units that serve as the basis for the research are located in the State of Rio de Janeiro, in the Municipality of São Gonçalo, in the Porto Novo and Neves neighborhoods. It is worth mentioning that the choice of these school units is justified insofar as they are schools where curricular practices of Supervised Internship of the Geography Licenciature course are carried out, as well as housing other projects such as the Institutional Program of Scholarships for Initiation to Teaching (PIBID) and the Laboratory of Ethnic-Racial and Gender Relations, developed with support from a FAPERJ grant.

Keywords: Conflicts. School Mediation. Geography. School Violence. Spaces for Mediation.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar algunas reflexiones sobre el tema de la violencia escolar, desarrolladas en el marco del plan de trabajo "Investigación sobre violencia y mediación cultural en escuelas de zonas periféricas", desarrollado por el Grupo de Investigación en Educación y Cultura en Periferias Urbanas del Departamento de Geografía de la Facultad de Formación Docente de la Universidad Estatal de Río de Janeiro (FFP/UERJ). Las unidades escolares que sirven de base a la investigación se ubican en el estado de Río de Janeiro, en el municipio de São Gonçalo, en los barrios de Porto Novo y Neves. Cabe mencionar que la elección de estas unidades escolares se justifica por ser escuelas donde se realizan prácticas curriculares de Prácticas Supervisadas de la Licenciatura en Geografía, además de albergar otros proyectos como el Programa Institucional de Becas de Iniciación a la Docencia (PIBID) y el Laboratorio de Relaciones Étnico-Raciales y de Género, desarrollado con el apoyo de una beca de la FAPERJ.

Palabras clave: Conflictos. Mediación Escolar. Geografía. Violencia Escolar. Espacios de Mediación.



1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre o tema da violência na escola que estão sendo construídas no âmbito do plano de trabalho intitulado “Investigação da violência e mediação cultural em escolas de periferias”, desenvolvido por Grupo de Pesquisa Educação e Cultura em Periferias Urbanas, do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).

O seu ponto de inflexão está na educação pública, localizada no município de São Gonçalo, no leste da região metropolitana fluminense, especialmente nas escolas que são acompanhadas através da prática de Estágio Supervisionado do curso de Licenciatura Plena em Geografia, mas também através de projeto de iniciação científica em curso, que enfatizam a mediação de conflitos como estratégia para enfrentamento da violência na escola e das iniciativas do Núcleo de Geografia da FFP, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que é conduzido em uma das escolas campo.

Ao longo da experiência de acompanhamento das escolas temos acumulado um conjunto de relatos, atividades, interlocuções com distintos segmentos das instituições de ensino, que evidenciam os contextos de violência, entendida inicialmente aqui, como um fenômeno difuso que extrapola os limites da escola e também se reproduz nela sob diferentes arranjos. Por outro lado, ainda, como parte dos estudos que travamos tanto no grupo de pesquisa, como na disciplina de estágio supervisionado, investigar as situações de violência na escola se constitui numa frente das pesquisas que buscam caracterizar e problematizar as condições de vida das juventudes, especialmente, das que residem em espaços urbanos periféricos.

Neste sentido, aqui procuramos organizar o percurso de nossa reflexão a partir de dois blocos. No primeiro o nosso foco é situar de onde compreendemos a violência escolar, isto é, tomando a violência como um componente estrutural de nossa sociedade e entendendo suas expressões na escola e, em paralelo, observando a relação disso com as expectativas que são dirigidas aos jovens que frequentam os bancos escolares que entram em colisão com variados contextos de vida juvenil. No segundo bloco, avançamos para apresentar em linhas gerais o desenho de nosso projeto de pesquisa e ação que envolve, entre outras estratégias, um espaço de mediação com estudantes e professores para enfrentamento da questão do conflito e das diferentes formas de manifestação da violência na escola.

Ao final, tecemos alguns apontamentos a respeito dos caminhos que estamos traçando para atuar sobre a questão do conflito e da violência na escola, à guisa de abrir diálogo com os leitores sobre suas experiências e agregar força para uma escola democrática e acolhedora das diferenças.

2 DE ONDE ENTENDEMOS A VIOLÊNCIA ESCOLAR?

Em primeiro lugar há uma dificuldade para aplicarmos um conceito definitivo de violência e, conseqüentemente, das situações de violência que atravessam o espaço escolar. É indispensável



reconhecer que a percepção sobre suas manifestações varia de acordo com o grupo social e/ou com a escala geográfica em que se processa. A título de exemplo, como educadores presenciamos episódios de violência no ambiente escolar que consideramos gravíssimos, que extrapolam o tipo de relação que se deseja para este espaço, mas estas mesmas situações são encaradas por estudantes como acertos de conta justos e legítimos diante de alguma realidade por estes consideradas “mal-resolvida”. Observa-se que, mais do que a diferença na percepção da natureza da violência, ocorre uma grande diversidade no grau de tolerância com as suas manifestações. Temos de um lado práticas que são consideradas inaceitáveis para alguns e, para outros, classificadas como inevitáveis ou, a princípio, desejáveis.

Se considerarmos este pressuposto, vemos que a violência, apesar de expressar o ato de violação em si, mais do que isso deve ser compreendida no campo de suas representações, isto é, nas diferentes formas e conteúdos em que ela se apresenta na sociedade. Marilena Chauí em seus estudos sobre ética e violência afirma

Sob essa perspectiva, ética e violência são opostas, uma vez que violência significa: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos. (Documento da Fundação Perseu Abramo publicado em 2007)

Pela proposição da autora, a violência se manifesta como o exercício da dominação de um ser sobre o outro e tem como consequência maior a violação da humanidade deste. Cabe salientar a dimensão social da violência que a filósofa valoriza, posto que o ato de violar pode ser dirigido àquilo que a sociedade valoriza, portanto não se trata de uma situação exclusivamente para indivíduos, porque pode incidir sobre uma escala muito maior. Outro elemento importante é que essa dominação pode ser expressa de modo prático, mas tem também um caráter simbólico, o que nos permite pensar como isso se manifesta, por exemplo, nos espaços escolares em que a convivência se dá entre diferentes sujeitos, de origens e vivências particulares, e destes com processos educativos que envolvem conhecimentos, valores e concepções de mundo. A título de exemplificação do que estamos falando, o cotidiano da escola, seja nas relações sociais entre seus segmentos, seja nas práticas didáticas e curriculares que são implementadas, são atravessados pelos conteúdos de nossa sociedade. Basta observar como as concepções de mundo baseadas na heteronormatividade, na disciplinarização dos corpos, nas hierarquizações sociais vêm, recorrentemente, à tona na rotina escolar. Pode-se verificar, por exemplo, como manifestações de racismo e sexismo muitas vezes permeiam as relações no ambiente escolar.



Contudo, para avançarmos um pouco mais na forma como entendemos a violência na escola queremos trazer mais para o campo da prática. Hannah Arendt elucida ainda mais o tema ao trazê-lo para o campo das relações sociais (ARENDT, 2012). Para a autora, haveria certa racionalidade na violência, isto é, seria enganoso resumir a violência a algo disfuncional ou estranho às dinâmicas sociais. Em outras palavras, Arendt se opõe às concepções que fazem uma tradução organicista e patológica para explicar os atos de violação, como se fosse um desvio ou alguma doença social extraordinária a lógica de funcionamento de nossa sociedade.

A esse respeito, Cerbino (2006) segue a mesma lógica ao referir-se às pandillas juvenis equatorianas, que podem ser interpretadas como as gangues e galeras, como as descritas pela pesquisadora brasileira Miriam Abramovay (2002). Para Cerbino (2006, p. 7) há um discurso dominante que focaliza a violência entre os jovens como algo implícito à condição juvenil, ou seja, os jovens seriam bio e psicologicamente violentos. Nesta lógica, os atos de violação praticados por jovens seriam um traço característico das juventudes, quando é indispensável reconhecer que há um discurso e uma forma de ordenamento social da vida que se classifica e condiciona os modos de ser e viver juvenis.

Ao atentarmos para os diálogos travados com o corpo docente das escolas acompanhadas, observamos, em geral, uma percepção da violência na escola como um fenômeno externo a ela. Para muitos, a violência é trazida pelos estudantes, vem do cotidiano que os mesmos vivem. Neste sentido, o relato sobre os contextos das periferias urbanas, sobretudo em São Gonçalo, segundo município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro, que apresenta uma complexidade urbana significativa, compõe o universo de explicações para o fenômeno da violência na escola.

Assim, impõe-se o desafio de pensar a superação das práticas de violência presentes na sociedade, especialmente contra as crianças e adolescentes, compreendendo que isso exige o reconhecimento da maior parte delas como um exercício social de dominação, que é reproduzido a partir de pressupostos largamente presentes em nosso cotidiano. Deste modo, a forma como a escola e seus agentes encaram os contextos de vida juvenil tende a influenciar a percepção e as medidas acionadas para a questão da violência.

Muitos estudos já assinalaram esta questão. Há inclusive uma dificuldade para estabelecer as fronteiras entre o que é ou não considerado um ato de violação, o que, em última análise, explicita as prováveis contradições e expressões de nossa sociedade ao ler, interpretar e atuar sobre tais fenômenos.

Abramovay (2002) salienta o quanto o significado da violência não é consensual dentro do estabelecimento escolar. A autora recupera o conceito elaborado por Bernard Charlot (Apud ABRAMOVAY, 2002, p. 69), e classifica três níveis de manifestações da violência na escola, a saber: os atos violentos como golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismos; as incivildades que envolvem as humilhações, falta de respeito, palavras grosseiras; e a violência



simbólica ou institucional, que pode ser enquadrada como a perda de sentido na permanência na escola, que gera tensões entre professores e estudantes, mas que são atravessadas por distintas dimensões, como por exemplo, a própria falta de estímulo aos docentes diante de suas condições de trabalho.

Aqui é indispensável assinalar que as diferentes formas como a violência se expressam na escola têm relação direta com as modalidades de violência que temos em nossa sociedade. E, neste caso, no caso brasileiro esta violência é a característica hegemônica nas relações estabelecidas entre os órgãos do Estado e os grupos sociais e entre estes, basta observarmos como a justiça opera por vezes de modo bastante parcial quando o que está em jogo são os interesses de grupos sociais mais vulneráveis.

De modo similar, as reflexões de Pierre Bourdieu (2014) sobre o modo como as práticas sociais incorporam e reproduzem a violência são muito valiosas para nós. Segundo este sociólogo francês, o exercício da violência, dentre outras práticas, são frutos de embates sociais e políticos de variadas ordens, ou seja, estão correspondentes a dinâmica social e histórica de nossa sociedade. Esta relação entre agredidos e agressores acaba por se constituir, na maioria das vezes, como forma de reprodução do cotidiano, como algo naturalizado, que pode se repetir tranquilamente. Inclusive, se formos pensar na escola, os agressores podem se tornar vítimas de acordo com as circunstâncias. E as vítimas, em algum momento, podem reproduzir em outra escala, as violências que lhes foram direcionadas.

Nesse caso, para combater a dinâmica (re)produtora da violência, em suas formas diversas, a ruptura com estas visões de mundo que sustentam práticas de violência inerciais é indispensável, sobretudo porque estas concepções não são admissíveis no campo dos direitos humanos fundamentais.

A partir disso, cabe reconhecer a compreensão da violência como um fenômeno mais complexo e difuso traz para nós, educadores e educadoras, o compromisso em perceber como isso se manifesta no sistema escolar. Silva (2003) assinala o quanto a sociologia da educação de matriz americana nos anos de 1960 classificava as variáveis que atuavam sobre os desempenhos heterogêneos dos estudantes, elencando as diferentes injunções de caráter social, familiar, individual e cultural que incidiam sobre o desempenho escolar. Para o autor, haveria uma espécie de naturalização das desigualdades, posto que o sucesso escolar para esta perspectiva, seria uma questão de mérito individual ou teria vinculação com sua origem familiar. Mas se não formos rigorosos na crítica aos padrões estabelecidos pela escola, não poderemos identificar que é fundamental analisar como a instituição escola contribui para as condições de sucesso ou fracasso escolar, e ainda, sobre as manifestações ou expressões da violência física e simbólica em seu espaço e seu trabalho.

Abramovay & Rua (2002, p. 67) salientam que os estudos contemporâneos da sociologia, da antropologia, da psicologia e outros campos científicos das humanidades tendem a privilegiar a análise da violência entre alunos e destes contra a propriedade, ou seja, a respeito do vandalismo. Em menor proporção configura a relação entre alunos e professores. Em estudo mais recente, que compõe o



Programa “O papel da educação para jovens afetados pela violência e outros riscos no Ceará e Rio Grande do Sul”, realizado entre 2016 e 2017, Abramovay & Figueiredo & Silva (2021, p. 10) salientam elementos que atravessam ou dão sustentação para as manifestações da violência na escola, que extrapolam as relações entre estudantes, mas observam o clima escolar, as relações sociais entre todos os segmentos da escola. Uma abordagem que avança sobre a socioafetividade é valorizada, o que para nós, aponta para a importância de uma pedagogia da convivência, como forma de enfrentamento das distintas formas de expressão do conflito e da violência.

Isto posto, cabe avançar agora para compreendermos como este universo de questões que envolvem as relações na escola se articula com o modo como pensamos e entendemos os jovens.

Entendemos que o primeiro elemento a aprofundar se relaciona com o modo como encaramos a juventude como categoria social e, neste sentido, a compreensão de que estamos nos referindo a uma fração biológica, etária e cultural da população. Como recorte, não se pode pensar o conteúdo desta categoria sem entendermos num contexto relacional, isto é, entendemos que há uma biocronologia (SIMAO, 2013) que orienta nosso modo de enxergar os jovens. Estes são aqueles e aquelas que estão numa determinada faixa etária, correspondendo a uma etapa de transição entre a infância e a vida adulta. Contudo estes limites etários se colocam cada vez mais flutuantes quando mergulhamos nas condições concretas dos jovens com quem trabalhamos.

Como uma categoria social pensada sobretudo a partir da modernidade, a juventude cumpre um papel no ordenamento social moderno. Os jovens devem cumprir um roteiro pré- estabelecido de inserção progressiva na vida adulta que passa pela escolarização e pela adoção de hábitos e práticas referenciados no universo adulto. Neste sentido, a escola se torna a instituição fundamental na vida dos mesmos. Por ali devem percorrer os caminhos de aquisição do conhecimento, que é também a aquisição dos conteúdos sociais que o conformam para a vida.

Podemos dizer que em tempos passados a escola pudesse apresentar uma segurança aos estudantes quanto a projetos efetivos de futuro promissor, mas é honesto reconhecer também que este projeto nem sempre coincidia com as ambições ou interesses dos próprios estudantes, ou mesmo, traduziam seus anseios para o que teriam por construir.

Não podemos aqui fazer uma retomada sobre esta relação. Contudo os contextos sociais se alteram de modo radical, o que traz certa dramaticidade para os projetos que as escolas traçam como futuro possível para os jovens estudantes, principalmente em sua natureza considerada por muitos destes como prescrita, ultrapassada e indiferente aos seus desejos e desafios contemporâneos.

Tudo se torna ainda mais delicado quando as estruturas escolares, ainda muito centradas na disciplinarização dos corpos e na racionalidade científica e cognitiva são simplesmente questionadas em seus parâmetros, são desobedecidas em suas regras, são contornadas ou subvertidas por estratégias



outras, são ultrapassadas por um repertório cultural que não mais aceita ficar dos muros para fora da escola.

Há, nesse quadro, um conjunto de estudantes que apresentam, por razões psicológicas, sociais, culturais e/ou econômicas, bem como por valores éticos específicos, dificuldades de se incorporarem ao ordenamento do espaço escolar, o que tem como um dos resultados, entre muitos outros, a geração de dissonâncias e conflitos. Estes, quando não trabalhados de forma ativa, tendem a gerar expressões violentas, presentes em diferentes sujeitos constituintes do território escolar. Esse contexto é recorrente na fala dos gestores e educadores quando se inicia uma abordagem via estágio supervisionado.

As eventuais dissonâncias têm várias origens, todas multifatoriais, que se manifestam, em geral, de forma integrada. Entre elas se destacam, pelo menos, três: as dissonâncias oriundas da própria estrutura escolar e da forma como seus profissionais representam e se relacionam com os estudantes e suas famílias; as dissonâncias derivadas de problemas estruturais exteriores ao território escolar; e, por fim, aquelas decorrentes de problemas de ordem objetiva e/ou subjetiva específicos de alguns estudantes e profissionais da unidade escolar.

É notório que o terreno é arenoso e que as formas de violência e suas variáveis endógenas e exógenas conferem uma enorme dramaticidade ao espaço escolar. Desse modo também, o ingresso dos futuros professores, ainda estagiários do curso de licenciatura, é atravessado por esta realidade. O estágio supervisionado, da forma como o temos construído, pressupõe o reconhecimento de que a formação dos novos educadores em geografia deve objetivar um professor pesquisador, que mobilize o conhecimento como um processo de ampliação de tempo e espaço dos seus estudantes, contribuindo para a consciência espacial dos mesmos e, como tal, que entenda a experiência de ensino e aprendizagem a partir das dimensões inseparáveis, ou seja, a cognitiva-racional, a ética e a estética.

No âmbito da dimensão cognitivo-racional, a instituição escolar é compreendida como o espaço, por excelência, dedicado a desenvolver nos estudantes habilidades cognitivas e formas de pensar características do pensamento racional científico, de modo que eles possam construir uma forma específica de apreender e intervir na realidade, para além do senso comum.

Como o ser social é mais do que cognição e racionalidade científica, cabe estimular também a dimensão ética. Ela se expressa em práticas sociais e comportamentos coletivos que tenham como referências a valorização dos direitos fundamentais, em particular, o respeito e a legitimação da diferença, a consciência democrática e o compromisso com a coisa pública. Cabe observar que tais práticas sociais são por excelência práticas espaciais, portanto o suporte oferecido por educadores de geografia tem enorme relevância nesta formação. Essa tarefa não é responsabilidade apenas da família, mas também das instituições sociais nas quais são formados os seres sociais, munidos de aportes conceituais e metodológicos dos distintos campos científicos, como o da geografia.



No tocante à dimensão estética, o pressuposto é o reconhecimento das expressões artísticas, em suas diferentes linguagens e manifestações, como característica humana fundamental. A respeito disso, ainda, cabe destacar que a escola, espaço privilegiado de convivência, é convocada a cada dia a acolher e saber operar com os repertórios dos estudantes, marcado muitas vezes por relações de jocosidade, de enfrentamentos, os quais se manifestam de modo muito singular em suas práticas sócio-culturais no espaço escolar (PEREIRA, 2016). Assim, o objetivo da formação escolar neste campo é estimular os estudantes a desenvolverem uma relação aberta e inovadora com as diversas formas de arte, de modo que a sensibilidade na apreensão do mundo e de suas expressões possa ir além da lógica produtivista e das tradicionais hierarquias de produção do gosto e dos valores estéticos.

Diante disso, embora a formação docente nos cursos de licenciatura esteja, atualmente, agregando múltiplos conhecimentos para contribuir com a geração de profissionais qualificados para atuar nos espaços escolares, no âmbito desta proposta, esta formação se consolida à medida que conseguimos atender aos pilares que sustentam o trabalho da Universidade, isto é, o ensino, a pesquisa e a extensão. Então, como esse professor que formamos constitui-se como um pesquisador, atento às dinâmicas do espaço escolar, apto a adotar ferramentas de trabalho para fazer leituras, rever conceitos e operar seu fazer pedagógico em consonância com os desafios de sua função social?

Nesta perspectiva, pleiteamos a violência no espaço escolar como um tema de pesquisa plenamente substantivo para a formação do professor de geografia, uma vez que seu contexto de alta incidência sobre a aprendizagem é atravessado pelos elementos concretos da sociabilidade humana e, como tal, grafados na espacialidade dos sujeitos concretos que frequentam a escola.

Deste modo, através das interlocuções realizadas com escolas públicas municipais e estaduais do município de São Gonçalo no estágio supervisionado, temos nos debruçado sobre o tema, de modo a contribuir para que o conjunto de sujeitos que compõem tais unidades escolares reconheçam as possibilidades de articulação com o cotidiano que se faz vivo e presente.

Tal acúmulo nos permite apontar, conforme Abramovay & Rua (2002, p. 323), algumas premissas gerais para tal campo de estudo. A literatura sobre violência nas escolas tem um vasto acervo, mas indicam no geral que o fenômeno da violência na escola, da escola e que está ao redor da escola é algo bastante complexo e demanda um aprofundamento, um maior embasamento do funcionamento de suas engrenagens por meio de diagnósticos e pesquisas que ampliem e qualifiquem nossas leituras sobre a realidade. Outra premissa indiscutível reside na legitimidade que as comunidades escolares dispõem para enfrentar seus desafios da convivência. Assim sendo, pesquisas vêm indicando que não há qualquer mudança de horizonte no que tange aos enfrentamentos de casos de violência na escola que não passe pela participação ativa, livre, crítica, mediadora dos próprios sujeitos que nela convivem. Por isso são necessárias mediações de caráter cultural e educativo que envolvam estudantes, corpo de



profissionais que atuam na escola e que possam ser monitoradas permanentemente a fim de que tenhamos as lições aprendidas que darão suporte para nossos avanços e justificativas para os atropelos.

3 CONFLITOS NA ESCOLA: IDENTIFICAR, AVALIAR E AGIR.

O projeto toma as práticas sociais como base conceitual e metodológica para pensar os conflitos na escola. Neste sentido, nos aproximamos do pensamento do sociólogo Pierre Bourdieu, que compreende as práticas condicionadas por um campo de forças sociais, isto é, a partir de uma estrutura que corresponde a uma lógica social específica.

Para o pensador francês, as atividades humanas se desenvolvem em relações, lutas de poder e conflitos entre indivíduos e, como parte da estrutura social em que estão inseridos, marcadamente uma estrutura hierarquizada por condições econômicas, educacionais, culturais, sociais. Por isso mesmo, Bourdieu denomina como as diferentes formas e proporções de capital econômico, cultural, social e simbólico se configuram na posição social dos indivíduos.

A partir desta compreensão, as práticas sociais não podem ser confiadas plenamente ao entendimento de que as ações sociais são vinculadas integralmente aos indivíduos, ou seja, são manifestações da ideia do indivíduo livre, autônomo e racional. Diferentemente disso, as práticas resultam da experiência, advém do conhecimento prático e, portanto, “(...)reúnem aquilo que damos como adquirido” (MARTINS, 2007). Consequentemente, para Bourdieu, disposições e estratégias adotadas pelos sujeitos, e que compõem o que o autor denomina de *habitus*, constituem em processo ao mesmo tempo determinado pelas distintas forças sociais que atuam sobre este, mas ao mesmo tempo, livres, posto que conhecendo este sistema de disposições os indivíduos têm uma possibilidade real para modificarem suas próprias práticas.

Desdobra-se desta concepção a nossa leitura sobre as situações de conflito e violência na escola. Não podemos olhar para estes fenômenos sem a devida atenção para sua existência nas estruturas sociais e, como tal, constituindo e modificando as relações dos indivíduos entre si. Isso nos assegura que pensar os conflitos na escola e as possíveis manifestações de violência dentro dela é pensar como práticas sociais, situadas em nosso tempo, na produção social do espaço, especialmente, dos espaços em que o convívio entre diferentes é condição indispensável para que a função socializadora e educadora se concretize.

Foi neste caminho que a nossa primeira abordagem da temática na escola se deu a partir do debate sobre como podemos entender os conflitos, suas origens, formas e estratégias para enfrentamento. Podemos ter interpretações muito diversas sobre o conflito. Algumas até confundem o conflito com a violência. A fim de tentar explicitar como vemos essas situações cabe uma primeira definição. Vejamos,



Conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento. A partir disso, todos os que vivemos em sociedade temos a experiência do conflito. Desde os conflitos próprios da infância, passamos pelos conflitos pessoais da adolescência e, hoje, visitados pela maturidade, continuamos a conviver com o conflito intrapessoal (ir/não ir, fazer/não fazer, falar/não falar, comprar/não comprar, vender/não vender, casar/não casar etc.) ou interpessoal, sobre o qual nos deteremos. São exemplos de conflito interpessoal a briga de vizinhos, a separação familiar, a guerra e o desentendimento entre alunos. (CHRISPINO; CHRISPINO, 2007)

Observa-se que os conflitos estão sempre presentes nas interações sociais. Não seria diferente na escola, onde uma convivência cotidiana tende a expor cada uma das pessoas ali presentes em seus modos de ver, julgar e agir no mundo. Neste ambiente, os conflitos surgem com naturalidade, basta que diferenças de opiniões, concepções e condutas estejam em jogo, ainda mais considerando que nossa sociedade atual está marcada pela diversidade. Contudo, reconhecer como positiva e enriquecedora esta pluralidade se torna uma árdua tarefa na sociedade, tal como na escola (SILVA & FLORES, 2014)

Lamentavelmente quando as situações de conflito não são objeto de um trabalho pedagógico por parte da escola, muitas vezes seus sujeitos ficam submetidos a condições bastante desconfortáveis e, o pior, é que muitas destas podem se tornar invisíveis para a grande maioria daqueles que ali convivem, gerando sofrimento, dor, traumas, distanciamento do convívio social, evasão escolar, dentre inúmeras consequências prejudiciais a vida do indivíduo e do coletivo.

Neste contexto de adoecimento das relações sociais no ambiente escolar, os conflitos podem gerar graves manifestações de violência. Digamos que as formas de violência que geralmente aparecem na escola são em geral casos em que o diálogo entre posições diferentes não aconteceu ao ponto de provocar uma ruptura com certo equilíbrio que havia entre as partes. Daí já mencionamos anteriormente que as violências são as mais distintas, mas todas elas correspondem a um grau de violação física ou simbólica de um indivíduo e/ou alguns indivíduos para com outro e/ou outros.

Isto posto, neste projeto os eixos principais são o diagnóstico das situações de conflito e violência e a mediação cultural para provocar os sujeitos da escola. Após os primeiros diálogos com os gestores das escolas, traçamos um instrumento de levantamento de percepção da violência para ser realizado com o corpo docente e parte do corpo discente. Afinal para fins de uma atuação pertinente ao universo de cada unidade era preciso diagnosticar como os seus sujeitos estavam enxergando as situações de conflito e violência em que estão inseridos.

Neste levantamento com o corpo docente, procuramos identificar informações básicas do entrevistado, recolher suas impressões sobre as manifestações de conflito e violência no ambiente da escola, inclusive tentando uma aproximação do modo como avalia tais situações e colher opiniões a respeito de elementos que circulam na sociedade que fazem menção ao tema. Os instrumentos elaborados para estudantes tinham uma estrutura semelhante, mas eram mais enxutos e direcionados para identificação das formas de conflito e violência em que já se envolveram.



Entretanto é importante destacar que estes instrumentos dependem efetivamente da participação espontânea dos educadores. Conforme esperado, nossa abordagem tem enfrentado os interditos comuns quando estamos falando das relações de conflito que permeiam a convivência escolar. Após investidas com formulário on-line e a baixa adesão dos docentes, partimos para estratégia presencial. Imprimimos os questionários e a direção se comprometeu em direcioná-los ao corpo docente. Ainda que o resultado não tenha sido satisfatório, avançamos um pouco. Contudo, mesmo com a receptividade dos mesmos, ainda não conseguimos alcançar um número suficiente de questionários aplicados. Por fim, adotamos a estratégia de visitas periódicas à escola para abordagem individual aos professores.

A outra vertente do trabalho está diretamente voltada para os estudantes. Estamos trazendo a mediação como uma experiência possível para ajudar os atores das escolas a solucionarem suas situações de conflito. A mediação aqui é compreendida como um espaço de diálogo com estudantes e como forma de fomentar que os mesmos contribuam para buscar soluções para os episódios de conflito e violência que acontecem na escola.

A prioridade é a identificação das situações de dissonância, dos contextos de vivência, das formas de sociabilidade que atravessam a condição juvenil e de como isso contribui para práticas, hábitos e atitudes dos estudantes. Isso se dá a partir da formação de um grupo permanente, formado por estudantes da escola, que recebem um conjunto de estímulos para o debate sobre as situações de violência na escola e o que as circunda.

Esta mediação é conduzida pela equipe do projeto, formada pelo professor e os bolsistas de iniciação científica. A dinâmica dos encontros é voltada para o autoconhecimento e integração dos estudantes. Portanto, propõe-se um roteiro formativo centrado nas seguintes categorias: identificação e reflexão sobre as diversas dimensões do sujeito e sua materialização na vida cotidiana; o reconhecimento e o desenvolvimento do processo de pertencimento ao território, desde a escala local até as mais abrangentes; e a valorização das práticas culturais dos integrantes do coletivo e de outros atores da unidade escolar.

As primeiras abordagens neste espaço de mediação estão direcionadas para quebrar o gelo, abrir um espaço de diálogo com os estudantes para que sintam-se parte da questão, ou seja, sintam-se implicados com a reflexão e com a busca de soluções para as situações conflitivas que acontecem no cotidiano escolar.

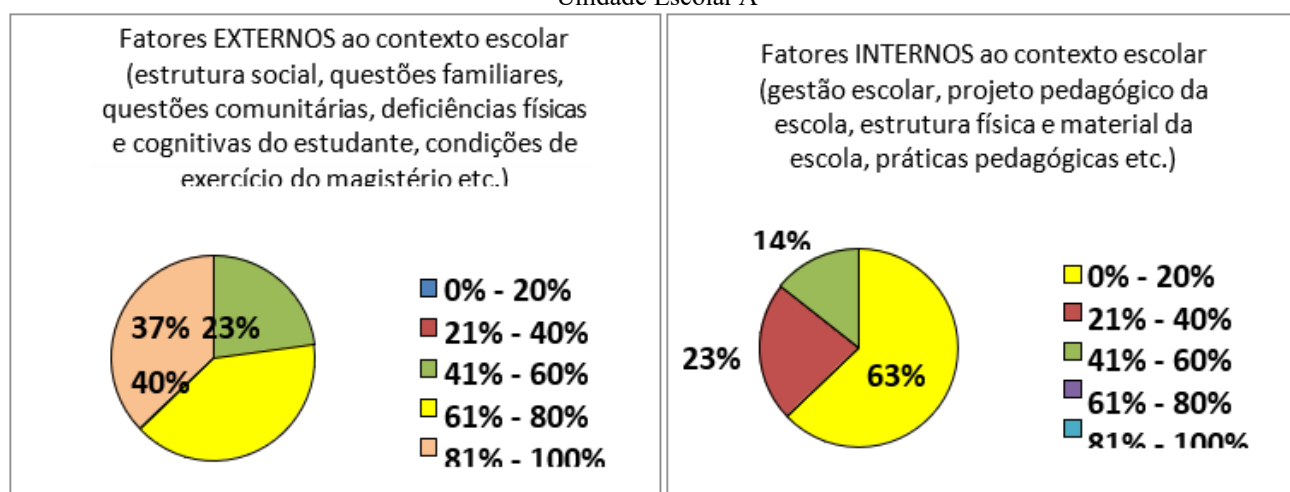
A equipe aplica um instrumento inicial para levantar algumas informações gerais do grupo de estudantes e para entender quais são suas percepções a respeito da forma como os conflitos e as violências se manifestam no colégio. É este próprio instrumento que abre caminhos para definição de temas e dinâmicas que serão desenvolvidas ao longo de algumas semanas.



Do ponto de vista da relação com o corpo docente, o passo inicial foi dado, a aplicação de um instrumento de levantamento de percepção, que traz os seguintes eixos: a incidência de situações de conflito e violência na escola, as expressões que são usadas para descrever tais situações, a percepção sobre as medidas disciplinares aplicadas pela instituição para casos de transgressão disciplinar e comportamento dissonante na escola, a atribuição que corpo docente dá aos fatores externos e internos à escola para este quadro, a percepção de como esta rotina de conflitos e violência se relaciona com o cotidiano das relações entre os segmentos escolares e o mapeamento de opiniões diversas que se relacionam com o tema da violência, tais como redução da maioria penal, descriminalização da maconha ou a presença da Guarda Municipal e da Polícia Militar nas escolas para prevenir situações de conflito e violência.

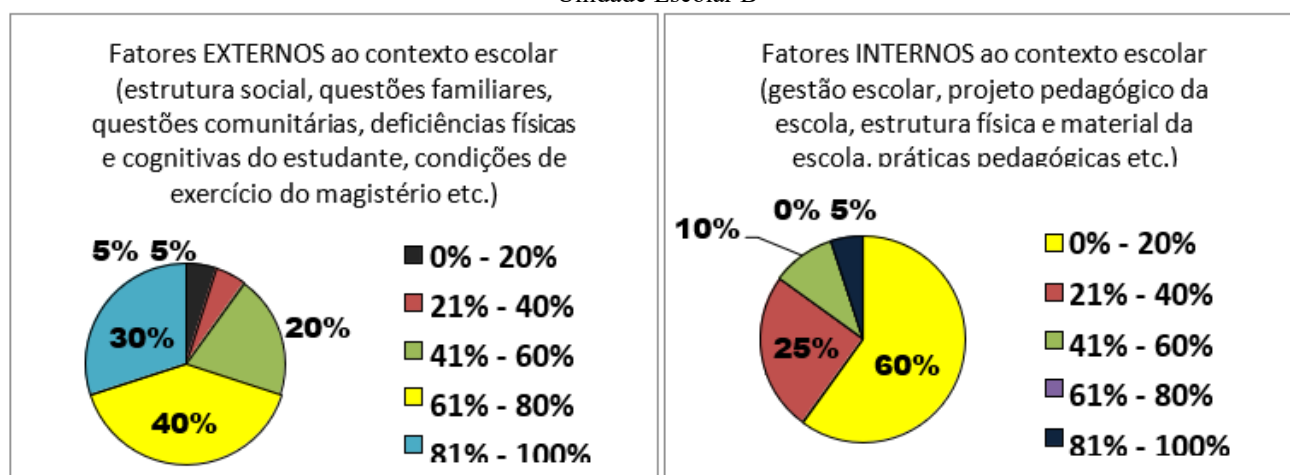
As amostras brutas dos dados obtidos por meio dos questionários, realizados com os docentes, nos permitem realizar certas inferências

Quadro 1. Gráficos gerados a partir das respostas do questionário dos professores.
Unidade Escolar A



Fonte: elaboração dos autores

Quadro 2. Gráficos gerados a partir das respostas do questionário dos professores.
Unidade Escolar B



Fonte: elaboração dos autores



Os gráficos acima tratam da percepção do corpo docente no que tange as possíveis origens dos conflitos na escola: “Pensando em como e de onde derivam os conflitos e o quadro de violência na escola, qual o percentual que você atribui aos fatores externos e internos enquanto causas da situação atual? Preencha os percentuais:”. Nessa pergunta as respostas poderiam ser feitas a partir de faixas de porcentagem que ilustram o grau de concordância ou não.

Um percentual considerável dos professores, de ambas as escolas, nos gráficos da esquerda, atribui que os episódios de conflito estão mais inclinados à fatores de origem externa ao contexto escolar, como, questões familiares, comunitárias, deficiências físicas e cognitivas do estudante e da própria estrutura social. Enquanto que os gráficos da direita indicam que os conflitos na escola seriam desencadeados por fatores comuns ao cotidiano interno da escola, como o projeto pedagógico da escola, a infraestrutura da escola, as práticas pedagógicas e a gestão escolar. Nesse caso, o corpo docente entrevistando acredita que esses fatores internos pouco teriam relação com os episódios de conflito e o quadro de violência na escola. Dado que nos leva a crer que o fenômeno da manifestação de violências é algo que seria trazido para a escola, para além dos muros, como se no interior da escola as tensões ali geradas fossem mínimas.

É importante também trazer dados que suscitem a abertura da investigação da violência pela via do debate de gênero, temática que compõe o Laboratório de Relações Étnico-raciais e de gênero desenvolvido com apoio e fomento da FAPERJ. Os dados levantados são reveladores de como tais dimensões atravessam as sociabilidades tecidas entre os sujeitos da escola.

A título de exemplo, há uma inclinação das respostas para a afirmação de que os professores do sexo masculino seriam mais respeitados pelos alunos em relação as professoras. Tal cenário promove questionamentos por parte do grupo de pesquisa, entre estes sobre os traços coloniais da sociedade brasileira, como o patriarcado e o racismo no cotidiano das relações intra-escolares. O que justifica um aluno respeitar menos as professoras? Será que essas professoras sentem medo do seu próprio ambiente de trabalho? São questões que ainda carecem de tratamento e investigação a ser realizada em outro momento visto a complexidade da temática.

Em linhas gerais, o conteúdo do questionário aplicado ao corpo docente das unidades escolares, foi dividido em eixos temáticos que se complementam. Temos perguntas que versam de forma direta sobre a questão das situações de violência e conflito, bem como essa realidade é percebida pelo professor em questão. Os dados nos permitem apenas ter um diagnóstico, mas os espaços de mediação com estudantes e a construção de ações no território em que a unidade de ensino está localizada são desdobramentos fundamentais para tecer uma análise sobre esta espacialidade do conflito que envolve o cotidiano dos estudantes, adolescentes e jovens, nas instituições escolares.

Ainda do ponto de vista deste diagnóstico, acerca da gestão escolar, espera-se abrir espaço para que os distintos segmentos da escola consigam compreender melhor e buscar formas coletivas de lidar



com os casos de conflito e violência. Tratar de variados temas que estão dentro e fora da dinâmica escolar nos permite traçar um perfil do professor entrevistado, mas contribui sobremaneira para que docentes e demais funcionários da unidade escolar confrontem suas percepções e possam desconstruir alguns elementos que os dificulta a encontrar soluções para a convivência na escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível inferir que a temática da violência no âmbito escolar está imersa num amálgama de variáveis que a condicionam enquanto fenômeno complexo, múltiplo e que carece de investigação. É preciso mencionar que ambas as escolas da pesquisa de percepção estão inseridas em um contexto que compreende um latente processo de precarização educacional, que se estende desde o quadro sobrecarregado e insuficiente de servidores (professores, apoio especializado, limpeza, portaria, merendeiras) até as baixíssimas remunerações desses servidores. sem contar problemas relacionados à infraestrutura.

Em função disso, o grupo de pesquisa tem se articulado para discutir os traços encontrados nas respostas do instrumento, lembrando que são diversos indicadores que foram gerados a partir dos dados, logo, torna-se necessário maior atenção no tratamento desse material. É preciso salientar também que o tema dificilmente será esgotado, isto porque, estamos trabalhando com duas realidades escolares até que bem próximas do ponto de vista locacional, que estão vinculadas a uma mesma secretaria de educação e que, apesar de compartilhar problemáticas comuns ao cenário da educação no Estado do Rio de Janeiro, estão marcadas e inscritas em dinâmicas totalmente diferentes e também. O que também evidencia que se aplicado em outra unidade escolar, até do mesmo município, teremos uma amostra diferente, expressando mais uma vez a multiplicidade de fatores que condicionam o fenômeno da violência no espaço escolar.

Por fim, os desdobramentos aguardados para esta iniciativa incluem atividades pedagógicas, tendo como dimensões estruturantes a questão racial e de gênero como fontes do conflito e da violência na escola. Queremos ainda somar esforços a outras iniciativas que discutem estas temáticas como ponto de inflexão para pensar o convívio, a socialização de estudantes nas escolas públicas, posto que este cotidiano, mesmo que produtor de tensões, é também altamente potente para a construção de alternativas e para a consolidação de um projeto político-pedagógico qualificado na escola.



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam & FIGUEIREDO, Eleonora & SILVA, Ana Paula da. Juventudes, educação e violências: articulações e controvérsias. -- 1. ed. -- Brasília, DF : Flacso, 2021.

ABRAMOVAY, Miriam. Violência nas escolas/Miriam Abramovay et alli - Brasília - UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino / Pierre Bourdieu, Jean- Claude Passeron: tradução de Reynaldo Bairão: revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

CASSAB, Clarice. Os jovens e suas mediações espaço-temporal: a cidade e os projetos de vida. In: PAULA, Flávia Maria de Assis, CAVALCANTI, Lana de Souza, PIRES, Lucineide Mendes (orgs). Os jovens e suas espacialidades. Goiânia:/Editora Espaço Acadêmico.2016.

CERBINO, Mauro. Jóvenes em la calle. Cultura y Conflicto. Rubi (Barcelona): Antrophos Editorial, 2006 CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. In: Rev. Avaliação e Políticas Públicas em Educação Ensaio, Rio de Janeiro, v.15, n.54, p. 11-28, jan./mar. 2007 CHRISPINO, A.; CHRISPINO, R. S. P. Políticas educacionais de redução da violência: mediação do conflito escolar. São Paulo: Editora Biruta, 2002.

MARTINS, Moisés de Lemos. O visível e o invisível das práticas sociais e o «politeísmo metodológico de Pierre Bourdieu. In: PINTO, José Madureira & PEREIRA, Virgílio Borges (orgs.) Pierre Bourdieu. A teoria da prática e a construção da Sociologia em Portugal, pp.51-56. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. “A maior zoeira” na escola: experiências juvenis na periferia de São Paulo / Alexandre Barbosa Pereira – São Paulo: Editora UNIFESP, 2016.

SILVA, Jailson de Souza. A favela reinventa a cidade. Jailson de Souza e Silva, Jorge Luiz Barbosa, Mário Pires Simão. 1.ed. Rio de Janeiro: Mórula: EdUniperiferias, 2020.

. “Por que uns e não outros?” Caminhada de jovens pobres para a universidade. Jailson de Souza e Silva – Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

SILVA, Fernando M. F. R. & FLORES, Paula, M. G. A. Q. O conflito em contexto escolar: transformar barreiras em oportunidade. In: CARVALHO, M., LOUREIRO, A & FERREIRA, C. (org.). XII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Ciências da Educação: espaços de investigação, reflexão e ação interdisciplinar (pp. 253-268). Vila Real: De Facto Editores, 2014.

SIMÃO, Mário P. Cartografias de jovens como sujeitos políticos: dos espaços de identidade aos espaços de visibilidade / Mário Pires Simão - Niterói: [s.n.], 2013

